

# 4

### **EDITAL**

## DELEGAÇÃO E SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO DIRETOR DE DEPARTAMENTO E CHEFE DE DIVISÃO

José Carlos Alexandrino Mendes, Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital:

FAZ SABER QUE, nos termos do disposto no artigo 38.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tendo em atenção o disposto no artigo 44º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aprovado através do Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro, considerando o disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 18º conjugado com o nº 3 do artigo 29º ambos do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, em vigor por força do disposto na alínea f) do nº 1 do artigo 14º do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, e considerando ainda a delegação de competências efetuada pela Câmara Municipal no Presidente, através da deliberação tomada em reunião de 6 de novembro de 2017, e as competências que foram delegadas e subdelegadas pelo Presidente da Câmara Municipal nos Vereadores, através dos despachos datados de 6 de novembro de 2017, delegou e subdelegou no Diretor de Departamento e Chefe de Divisão abaixo designados, ou em quem os substitua legalmente, as seguintes competências:

#### <u>A – Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, João Manuel</u> Nunes Mendes:

- 1 Assegurar a execução das deliberações da Assembleia Municipal e dar cumprimento às decisões dos seus órgãos;
- 2 Exercer as competências necessárias à instrução dos procedimentos e à execução das deliberações tomadas em Câmara e das decisões tomadas pelo Presidente da Câmara e pelos Vereadores com pelouro, tanto nas matérias delegadas e subdelegadas como nas matérias não delegadas;
- 3 Convidar os requerentes a suprir deficiências dos requerimentos e supri-las oficiosamente por virtude de simples irregularidades ou de mera imperfeição na respectiva formulação:
- **4** Indeferir liminarmente os requerimentos não identificados e aqueles cujo pedido seja ininteligível;
- 5 Enviar documentação a qualquer Serviço Municipal para conhecimento das decisões tomadas:
  - 6 Proceder às notificações e comunicações que forem devidas;
- 7 Informar os particulares, sempre que o requeiram, sobre o andamento dos procedimentos em que sejam diretamente interessados;
  - 8 Organizar os processos de hastas públicas;
  - 9 Autorizar a restituição aos interessados de documentos juntos a processos;
- 10 Autorizar o gozo de férias de acordo com o mapa previamente aprovado pelo Sr. Presidente da Câmara;
  - 11 Justificar ou propor ao Sr. Presidente da Câmara a injustificação de faltas;





#### MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

#### Câmara Municipal

- 12 Autorizar a passagem de certidões ou fotocópias autenticadas aos interessados, relativas a processos ou documentos constantes de processos arquivados, e que careçam de despacho ou deliberação dos eleitos locais, com respeito pelas salvaguardas estabelecidas por lei;
- 13 Autorizar a renovação de licenças que dependa unicamente do cumprimento de formalidades burocráticas ou similares pelos interessados;
- 14 Assinar a correspondência e demais documentos necessários à execução das funções do Departamento de Administração e Finanças e ao exercício das competências agora delegadas e subdelegadas e bem assim despachar toda a correspondência dirigida àquele departamento na esfera da sua competência;
- 15 Assegurar a realização dos procedimentos concursais relativos à locação e aquisição de bens, serviços e empreitadas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, necessários ao funcionamento dos serviços municipais, competindo-lhe, designadamente, propor os funcionários aptos a integrar os Júris dos procedimentos;
  - 16 Autorizar termos de abertura e encerramento em livros sujeitos a essa formalidade;
- 17 Praticar outros atos e formalidades de caráter instrumental necessários ao exercício da competência decisória do delegante ou subdelegante.

#### <u>B – Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão do Território, Fernando António</u> Prata Durães:

- 1 Assegurar a execução das deliberações da Assembleia Municipal e dar cumprimento às decisões dos seus órgãos;
- 2 Exercer as competências necessárias à instrução dos procedimentos e à execução das deliberações tomadas em Câmara e das decisões tomadas pelo Presidente da Câmara e pelos Vereadores com pelouro, tanto nas matérias delegadas e subdelegadas como nas matérias não delegadas;
- 3 Convidar os requerentes a suprir deficiências dos requerimentos e supri-las oficiosamente por virtude de simples irregularidades ou de mera imperfeição na respectiva formulação;
- 4 Indeferir liminarmente os requerimentos não identificados e aqueles cujo pedido seja ininteligível;
- 5 Enviar documentação a qualquer Serviço Municipal para conhecimento das decisões tomadas;
  - 6 Proceder às notificações e comunicações que forem devidas;
- 7 Informar os particulares, sempre que o requeiram, sobre o andamento dos procedimentos em que sejam diretamente interessados;
  - 8 Autorizar a restituição aos interessados de documentos juntos a processos;
- 9 Autorizar o gozo de férias de acordo com o mapa previamente aprovado pelo Sr. Presidente da Câmara;
  - 10 Justificar ou propor ao Sr. Presidente da Câmara a injustificação de faltas;
- 11 Autorizar a passagem de certidões ou fotocópias autenticadas aos interessados, relativas a processos ou documentos constantes de processos arquivados, e que careçam de despacho ou deliberação dos eleitos locais, com respeito pelas salvaguardas estabelecidas por lei;
- 12 Assinar a correspondência e demais documentos necessários à execução das funções da Divisão dos Serviços Urbanos e ao exercício das competências agora delegadas e subdelegadas e bem assim despachar toda a correspondência dirigida àquele departamento na esfera da sua competência;



#### MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

#### CÂMARA MUNICIPAL

- 13 Autorizar termos de abertura e encerramento nos livros sujeitos a essa formalidade;
- 14 Praticar outros atos e formalidades de caráter instrumental necessários ao exercício da competência decisória do delegante ou subdelegante;
- 15 No âmbito do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação:
- a) Autorização do pagamento fracionado das taxas previstas, ao abrigo do disposto no n.º 2 do Artigo 117.º;
- b) Autorização de utilização, ao abrigo do disposto no n.º 5 do Artigo 4º, nos termos previstos no n.º 3 do Artigo 5º;
  - c) Direção da instrução do procedimento, ao abrigo do disposto no n.º 2 do Artigo 8º;
  - d) Saneamento, nos termos previstos no n.º 10 do Artigo 11º;
  - e) Emissão de Alvará, nos termos previstos no Artigo 75°.

FAZ AINDA SABER QUE, são ratificados, todos os atos administrativos entretanto praticados que estejam em conformidade com a presente delegação e subdelegação de competências e que, enquanto não for provida a Divisão de Obras e Infraestruturas e a Unidade de Desenvolvimento Económico e Social, delegou no Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças as competências referidas no ponto A, que abrangerão também, na parte que lhes for aplicável, aquelas unidades orgânicas e bem assim os Gabinetes dele diretamente dependentes conforme organograma dos serviços em vigor, com exclusão da Divisão de Planeamento e Gestão do Território que se encontra preenchida.

À presente delegação de competências aplicar-se-á, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 34.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ex vi n.º 5 do artigo 38.º do referido diploma legal, sendo que, no uso das competências delegadas ou subdelegadas deve ser assegurado o cumprimento do artigo 48º do CPA.

Para conhecimento geral se publica o presente edital que vai ser afixado nos locais públicos do costume.

E eu \_\_\_\_\_\_\_, João Manuel Nunes Mendes, Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, o subscrevi.

Paços do Município de Oliveira do Hospital, 7 de novembro de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL